

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 000.000.01021/11-DCLA/PI
Ato: Ato de Cooperação Técnica 052/11 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO / DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Partes: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ / DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS x PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON- MA

Objeto: Adesão ao SRP do Estado na condição de Carona

Objetivo: Utilizar, provisoriamente, preços registrados nas Atas do SRP do Estado que tem por objeto bens comuns – Pregão Presencial 012/2010 – Incluídas ATUALIZAÇÕES (Extrato Parcial LXIV/2010 – Processo Administrativo nº 000.01021/2010-DLCA/SEAD/PI)

Finalidade: Otimizar contratações de interesse da requerente de natureza provisória.

Fundamento Legal: Decreto Estadual 11.319/04

Outras Informações: DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

OF. 256



POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
QUARTEL DO COMANDO GERAL



EXTRATO DO CONTRATO Nº. 017/2011 - PMPI

Processo Administrativo nº. 004404/11 - CPL/PMPI (15/03/2011).

Modalidade: Adesão ao SRP - CCEL/SEAD-PI.

Objeto: prestação de Serviços Gráficos destinados à DAL/PMPI (Almox-Geral), no corrente ano de 2011.

Valor: R\$ 14.350,00 (quatorze mil e trezentos e cinquenta reais).

Dotação Orçamentária: Funcional Programática: 26101.06.122.04.2037; Natureza de Despesa: 33.90.39 - Fonte de Recurso: 00.

Fundamentação legal: art. 15, II, e seus parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93 combinado com o Decreto Estadual nº 11.319/2004.

Vigência: Até 31 de dezembro de 2011.

Signatários: RUBENS DA SILVA PEREIRA - Cel. PM, Comandante-Geral da PMPI (Contratante) e MAURÍLIO BRITO VIEIRA - EDITORA E GRÁFICA SÃO JOÃO LTDA (Contratada).

Informações: CPL/QCG/PMPI, Avenida Higino Cunha, 1750/sul - Bairro Ilhotas, CEP 64.014-220 - horário de expediente: 08h00min às 12h30min. Telefone para contato (86) 8819-3691.

OF. 066



IDEPI
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DO PIAUÍ

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2011

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ – IDEPI avisa aos interessados que instaurou licitação, por meio do Edital da Tomada de Preços nº 003/2011, que tem como objeto a construção de 4.527,69 m² de pavimentação em paralelepípedo em vias públicas no município de São José do Peixe – PI. Os interessados deverão entregar à Coordenadoria de Licitações, os documentos de habilitação e propostas, na sede do IDEPI à Rua Altos nº 3541, Bairro Água Mineral, em Teresina – Piauí, às **8 horas do dia 30 de maio de 2011**. A forma pela qual deverão ser executados os serviços licitados e as diversas obrigações dos licitantes e do adjudicatário, objeto da licitação, estão registrados no Edital, na planilha orçamentária, no termo de referência e na minuta do contrato, tudo que poderá ser examinado e adquirido pelos interessados, na sala da Coordenadoria de Licitações no horário das 07h30min às 13 horas.

Teresina, 10 de maio de 2011.

FREDERICO HERBERT PÁGELS DE SÁ
Coordenador de Licitações

OF. 477

OUTROS



VIGÉSIMA QUINTA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA CEAPI – CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO PIAUÍ – REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2011.

Às nove horas do dia 15 de fevereiro de 2011, nesta cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, na sede social da CEAPI- Central de Abastecimento do Piauí, Localizada na Avenida Henry Wall de Carvalho, nº. 5000 reuniram-se os membros do conselho de administração da CEAPI, atendendo a convocação que lhe fizera, no exercício da competência que lhe atribui o inciso da I Cláusula 23 do Contrato Social, o Presidente do Conselho, Antônio Machado de Araújo. Presentes à sala da Presidência, o Presidente informou que esta reunião destinava- se a indicar um novo Diretor Presidente para a sociedade, ato de competência do Conselho nos termos do inciso IV da Cláusula 22 do Contrato Social. Em seguida foi indicado o nome do Sr. **Carlos Alberto de Brito Monteiro**, brasileiro casado, graduado em Ciências Contábeis pela UFPE, portador da carteira de identidade nº104. 444 SSP/PI e do CPF nº 001.335.903-72, residente e domiciliado em Teresina, à Rua Oscar Gil Castelo Branco, nº 207, bairro São Cristovão, para exercer o cargo de Diretor Presidente da CEAPI, em substituição ao atual Diretor, Sr. José Edilberto Ribamar. O Conselho, ao tempo em que registrou agradecimento pelo Presidente, em razão do que aquele citado senhor passa a exercer as funções de Diretor Presidente da CEAPI, sendo empossado neste mesmo ato, através da assinatura desta ata juntamente com os membros do Conselho. Nada mais havendo a tratar, encerraram-se os trabalhos dos quais lavrou- se esta ata que, lida a todos e aprovada, vai por todos assinada.

Teresina, 15 de fevereiro de 2011.

Antônio Machado de Araújo
Presidente do Conselho

Carlos Alberto de Brito Monteiro
Diretor Presidente da CEAPI

Iristelma M. Linard Paes Landim
Conselheira

Expedito Pereira de Souza
Conselheiro

Hélio Ferreira Brito
Conselheiro

Juliana Querino Diniz
Secretária da reunião

OF. 048

Transnordestina Logística S/A situada à Av. Francisco Sá, 4829, Bairro Carlito Pamplona, município de Fortaleza no estado do Ceará, inscrita no CPF/CNPJ: 02281836/0001-37, TORNA PÚBLICO que requereu junto à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais-SEMAR, LP, LI, LO E OUTORGA DE USO para Captação subterrânea de água Para uso geral em Terraplenagem na cidade de Rio Grande do PI. Localização geográfica: Latitude: S 07°43'01,9" Longitude: W 043°17'27,7"

P.P. 12778



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO PIAUÍ - CRF-PI
Rua Professor Nogueira nº 4193 - Bairro Ininga - Teresina - PI
CEP 64.048-020 - Teresina - PI
Fax: (86) 3223.8999 - Telefone: (86) 3222.8480
Endereço eletrônico: www.crf-pi.org.br

DELIBERAÇÃO Nº 011/2011

EMENTA: Dispõe sobre criação da Sub-Seção das Cidades de Parnaíba e Floriano; Projeto de Lei da Farmácia Solidária e pagamento de gratificação de presença (jeton), para diretores.

A DIRETORIA DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PIAUÍ- CRF-PI, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelas Leis n.º 3.820/60 e 9.120/95, e Regimento Interno, e

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.000/04 que confere autonomia aos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas para concessão de verbas referentes a diárias, jetons e auxílio de representação daqueles que exercem funções nos quadros da Autarquia;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Parecer n.º 143/2010 subscrito pela Assessoria Jurídica do Conselho Federal de Farmácia- CFF;

RESOLVE:

Art.1º. Criar as Sub-Seções das Cidades de Parnaíba e Floriano.
Art.2º. Implantar o Projeto de Lei da Farmácia Solidária.
Art.3º. Manter os valores das verbas aprovadas na Deliberação n.º 02/2010.
Art.4º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

DELIBERAÇÃO Nº 12/2011

EMENTA: Dispõe sobre concessão de auxílio de representação.

A DIRETORIA DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PIAUÍ- CRF-PI, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelas Leis n.º 3.820/60 e 9.120/95, e Regimento Interno, e

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.000/04 que confere autonomia aos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas para concessão de auxílio de representação daqueles que exercem funções nos quadros da Autarquia;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 90 (Noventa) litros de óleo diesel por mês ao Presidente com objetivo de locomoção para a sede do CRF/PI e outros compromissos de representação da função. E 50 (Cinquenta) litros de gasolina ao Diretor Tesoureiro com a mesma finalidade.

Art.2.º- Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 26 de abril de 2011.

Oswaldo Bonfim de Carvalho

Presidente do Conselho Regional de Farmácia

DELIBERAÇÃO Nº 013/2011

EMENTA: Dispõe sobre o exercício do ano de 2010.

A DIRETORIA DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PIAUÍ- CRF-PI, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelas Leis n.º 3.820/60 e 9.120/95, e Regimento Interno, e

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.000/04 que confere autonomia aos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas;

RESOLVE:

Art.1º. Publicar o relatório de gestão referente ao exercício de 2010.
Art.2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Teresina, 10 de maio de 2011.

Oswaldo Bonfim de Carvalho

Presidente do Conselho Regional de Farmácia

NORSA REFRIGERANTES LTDA - CNPJ (MF) Nº 07.196.033/0022-22 torna público que requereu da Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDU Centro/Norte licença ambiental prévia e de instalação para ampliação de seu Refeitório para Indústria de Refrigerantes e Engarrafamento de Água Mineral, localizada à Av. União 3020, bairro Água Mineral, Teresina-PI. Esta publicação observa a Resolução Nº 006/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

NORSA REFRIGERANTES LTDA - CNPJ (MF) Nº 07.196.033/0022-22 torna público que requereu da Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDU Centro/Norte licença ambiental prévia e de instalação para ampliação de sua Central de Resíduos para Indústria de Refrigerantes e Engarrafamento de Água Mineral, localizada à Av. União 3020, bairro Água Mineral, Teresina-PI. Esta publicação observa a Resolução Nº 006/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

MATOS & MARTINS Ltda, inscrito no CNPJ nº 10507659/0001-92 com sede na Av. Deputado Milton Brandão nº 4432, bairro Catarina TORNOU PÚBLICO recebeu junto a Secretária Municipal do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMAM Licença de Operação, para extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado no Bairro Catarina zona Sul, do município de Teresina, Estado do Piauí.

Estacionamento Cinco Estrelas LTDA ME, inscrito no CNPJ nº 69.600.120/0001-26 residente na Rua Álvaro Mendes, 1355 Centro – Teresina- Piauí, TORNA PÚBLICO que requereu junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos– SEMAM a Licença AMBiental para extração de SAIBRO na Localidade Salobro, zona rural do Município de Teresina do Piauí, Estado do Piauí.

P.P. 12800

NOCASTRO LTDA, CNPJ: 00.080.414/0001-78, R Cicero Portela, 97, Centro, Valença do Piauí-PI, requereu à SEMAR, o pedido da Licença de Operação – LO de seu veículo TPP. Teresina, 10 de maio de 2011.

PEDRO ELEUTERIO JUNHO, CNPJ: 09.192.182/0001-04, AUTO POSTO BARRIGUDA, Av. Principal, 40, Barriguda, Ribeira do Piauí-PI, requereu à SEMAR, o pedido da Licença de Operação – LO de seu posto de revenda de combustível. Teresina, 10 de maio de 2011.

P.P. 12802

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ Nº 08.448.356/0001-02 - NIRE 22.3.0000820-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2010

Senhores Acionistas,

A Administração da Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal ou Companhia) tem a satisfação de apresentar o seu Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2010, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes. As informações estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando especificado em contrário, e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Pedra do Sal detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW e energia assegurada de 7,82 MW médios. O parque eólico tem 20 aerogeradores e está situado no município de Parnaíba (PI). A operação comercial iniciou em 30/12/2008. A Pedra do Sal possui 66,29 GWh/ano de energia contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), pelo prazo de 20 anos, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

2. Controle Acionário

O controle acionário da Companhia pertence à Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), uma "holding" controlada da Tractebel Energia S.A. (Tractebel Energia). A Tractebel Energia é a maior companhia privada geradora de energia elétrica no Brasil. Desde 1998, ano em que começou a atuar no país, dedica-se a implantação e operação de usinas geradoras de energia, incluindo a obtenção de concessões de hidrelétricas por meio de leilões realizados pelo Governo Federal e de autorizações para viabilização de termelétricas, pequenas centrais elétricas e eólicas.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2010, a economia brasileira, assim como a de outros países emergentes, apresentou um cenário de retomada do crescimento, após a crise financeira mundial enfrentada ao longo de 2008 e 2009, alcançando patamares recorde em diferentes indicadores. A expansão do Produto Interno Bruto (PIB) ficou em 7,5%, segundo divulgação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), maior aumento desde 1986. Com o aquecimento da economia, foi registrada geração de empregos recorde de, aproximadamente, 2,5 milhões, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), e o desemprego ficou abaixo de 6%, menor nível em oito anos. Nesse cenário, a consequente expansão do consumo veio acompanhada de um ciclo de

altas da taxa de juros Selic no primeiro semestre, com o objetivo de conter a inflação. A taxa se manteve estável no segundo semestre, encerrando 2010 em 10,75% ao ano. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu em 2010 5,91%, 1,60 p.p. acima da taxa de 2009, de 4,31%, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), puxada pelo aumento dos preços dos alimentos, ocorrido devido aos fortes períodos de chuva enfrentados em 2010 que impactaram a produção do setor. Para os próximos anos, a perspectiva é de crescimento, com a circulação de mão de obra em expansão, devido a projetos nacionais como o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), o "Minha Casa, Minha Vida", a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o que deve contribuir para a ampliação do mercado consumidor e, consequentemente, da produção e da economia como um todo.

4. Desempenho Operacional

Em 2010 a geração bruta de Pedra do Sal foi de 54,7 GWh, 14,6% superior aos 47,7 GWh gerados em 2009. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, no ano em análise, atingiu 98,6%, 5,1 p.p. acima do verificado em 2009, que foi de 93,5%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Principais indicadores (expressos em reais mil)

Indicadores de resultado	2010	2009	Variação %
Receita líquida de vendas	12.943	12.131	6,7
Lucro bruto	6.522	5.068	28,7
Resultado do serviço	6.290	4.206	49,5
Lajida (Ebitda)	10.805	8.557	26,3
Margem Lajida (Ebitda)	83,5%	70,5%	13 p.p.
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	573 (2.864)	-	-

Lajida (Ebitda): Resultado antes dos tributos + resultado financeiro + depreciação e amortização. Margem Lajida (Ebitda): Ebitda/Receita operacional líquida.

5.1 Receita operacional líquida

No exercício de 2010, a receita líquida de vendas alcançou o valor de R\$ 12.943, 6,7% acima do registrado no exercício de 2009, que foi de R\$ 12.131. O aumento deve-se, substancialmente, a combinação do reajuste no preço e da maior geração de energia no ano de 2010, conforme mencionado no item 4.

5.2 Custos da venda de energia

A redução de R\$ 642 no custo da venda de energia deve-se, substancialmente, a combinação do seguinte: (i) queda de

R\$ 1.111 nos encargos de uso da rede elétrica e conexão devido à obtenção de incentivo de 50% para os referidos encargos e abatimento do valor pago a maior no período de 2009 nas faturas emitidas em 2010; (ii) aumento de R\$ 383 nas despesas com alugueis, materiais e serviços de terceiros.

5.3. Despesas gerais e administrativas

Redução de R\$ 630 em relação ao exercício de 2009 devido principalmente à menor despesa com consultorias.

5.4. Ebitda e margem Ebitda

Refletindo os efeitos anteriormente mencionados, o Ebitda apresentou um aumento de 26,27%, passando de R\$ 8.557 em 2009 para R\$ 10.805 em 2010. A margem Ebitda foi de 83,5% em 2010 ante 70,5% em 2009.

5.5. Resultado financeiro

A queda de R\$ 1.331 na despesa financeira líquida resultou substancialmente dos seguintes fatores: (i) acréscimo da renda sobre aplicações financeiras fruto, principalmente, da elevação das taxas de juros; (ii) redução das despesas bancárias no exercício de 2010.

5.6. Resultado do exercício

No ano de 2010 a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 573, reflexo das considerações anteriormente mencionadas, ante a um prejuízo de R\$ 2.864 no ano de 2009.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito: (i) de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; (ii) de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido; (iii) de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; (iv) de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e (v) de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Pedra do Sal informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2010.

8. Agradecimentos

A Administração da Pedra do Sal agradece a todos os seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2010.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.559	4.724	1.675	Fornecedores	9	554	338	5.080
Contas a receber de cliente	5	1.521	1.807	-	Financiamento	10	3.340	5.335	55.026
Impostos e contribuições sociais	6	1.235	1.876	40	Adiantamento de clientes	11	1.924	2.782	-
Outros créditos		96	113	-	Outras obrigações		96	77	95
		6.411	8.520	1.715			5.914	8.532	60.201
Ativo não circulante					Passivo não circulante				
Realizável a longo prazo					Financiamento	10	65.259	66.208	-
Impostos e contribuições sociais	6	7.167	6.757	-			65.259	66.208	-
Cauções e depósitos vinculados	7	2.481	-	-					
Contrato de mútuo		-	-	414	Patrimônio líquido				
		9.648	6.757	414	Capital social	12	33.133	33.133	33.133
		85.681	89.447	90.964	Prejuízos acumulados	12	(2.532)	(3.105)	(241)
Imobilizado	8						30.601	30.028	32.892
Intangível		34	44	-			101.774	104.768	93.093
		95.363	96.248	91.378					
Total		101.774	104.768	93.093	Total				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31/12/2010	31/12/2009		Nota	31/12/2010	31/12/2009
Receita líquida de vendas	18	12.943	12.131	Alugueis		-	(19)
Custos da venda de energia				Outras		(26)	(84)
Material		(200)	(7)			(221)	(873)
Serviço de terceiro		(730)	(664)	Resultado do serviço		6.301	4.195
Depreciação e amortização		(4.515)	(4.351)	Resultado financeiro			
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(373)	(1.484)	Renda sobre aplicações financeiras e cauções e depósitos vinculados		427	15
Seguros		(134)	(132)	Juros sobre financiamento	10	(5.584)	(5.780)
Alugueis		(411)	(287)	Imposto sobre operações financeiras (IOF)		(10)	(452)
Outros		(58)	(138)	Despesas bancárias		(44)	(390)
		(6.421)	(7.063)	Outras		(517)	(452)
Lucro bruto		6.522	5.068			(5.728)	(7.059)
Despesas operacionais				Lucro líquido (prejuízo) do exercício		573	(2.864)
Despesas gerais e administrativas				Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações - em R\$		0,02	(86,44)
Serviço de terceiros		(195)	(770)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continua—★



—* continuação

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ Nº 08.448.356/0001-02 - NIRE 22.3.0000820-0

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais)					DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais)			
	Nota	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Total		Nota	31/12/2010	31/12/2009
Saldos em 01/01/2009		33.133	(241)	32.892	Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		—	(2.864)	(2.864)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício		573	(2.864)
Saldos em 31/12/2009		33.133	(3.105)	30.028	Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Lucro líquido do exercício	12	—	573	573	Depreciação e amortização		4.515	4.351
Saldos em 31/12/2010		33.133	(2.532)	30.601	Juros sobre financiamento e variações monetárias sobre cauções e depósitos vinculados		5.373	5.780
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis							10.461	7.267
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais)					Redução (aumento) nos ativos			
	Nota	31/12/2010	31/12/2009		Contas a receber de clientes		286	(1.807)
Geração do valor adicionado					Impostos e contribuições sociais		231	346
Receita bruta de vendas	18	14.125	13.367		Outros créditos		17	(113)
(-) Insumos							534	(1.574)
Encargos de uso de rede elétrica			(373)	(1.484)	Aumento (redução) nos passivos			
Serviço de terceiro			(925)	(1.434)	Fornecedores		216	338
Materiais			(201)	(9)	Adiantamento de clientes		(858)	2.782
Seguros			(134)	(132)	Juros de financiamento pagos	10	(5.631)	(5.414)
Outros			7	(40)	Outras obrigações		19	(18)
			(1.626)	(3.099)			(6.254)	(2.312)
Valor adicionado bruto		12.499	10.268		Recursos provenientes das atividades operacionais		4.741	3.381
Depreciação e amortização			(4.515)	(4.351)	Atividades de investimento			
Valor adicionado líquido gerado		7.984	5.917		Aplicação no imobilizado	8	(739)	(15.569)
Valor adicionado recebido em transferência					Aplicação no intangível		—	(48)
Receitas financeiras			429	20	Recursos utilizados nas atividades de investimentos		(739)	(15.617)
Valor adicionado a distribuir		8.413	5.937		Atividades de financiamento			
Distribuição do valor adicionado					Financiamento	10	—	80.210
Do governo					Amortização de financiamento	10	(2.897)	(65.339)
Impostos federais			1.171	1.393	Contrato de mútuo		—	414
Impostos estaduais			68	10	Cauções e depósitos vinculados ao financiamento		(2.270)	—
Impostos municipais			2	2	Recursos utilizados nas (provenientes das) atividades de financiamentos		(5.167)	15.285
Encargos setoriais			33	30	Total dos efeitos no caixa e equivalentes		(1.165)	3.049
			1.274	1.435	Saldo inicial	4	4.724	1.675
Do capital de terceiros					Saldo final	4	3.559	4.724
Juros sobre financiamento	10		5.584	5.780	Caixa e equivalentes		(1.165)	3.049
Juros capitalizados	10		—	1.280	Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa			
Aluguéis			411	306	Juros sobre financiamento capitalizados	10	—	1.280
Outras despesas financeiras			571	—				
			6.566	7.366				
Do capital próprio								
Prejuízo do exercício			—	(2.864)				
Lucro líquido do exercício absorvido por prejuízos acumulados			573	—				
			573	(2.864)				
Total			8.413	5.937				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Pedra do Sal (Companhia ou Pedra do Sal) é uma sociedade de anônima de capital fechado, com sede no município de Parnaíba (PI), constituída em 07/11/2006, que tem por objeto a geração de energia elétrica através de fontes renováveis. A Pedra do Sal detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW¹ e energia assegurada de 7,82 MW médios. Localizada no município de Parnaíba (PI), possui 66,29 GWh/ano de energia contratada com a Eletrobras, através do Proinfa, pelo prazo de 20 anos, ao preço de R\$ 257,52 MWh (base 31/12/2010). A operação comercial da Usina foi iniciada em 30/12/2008.

O controle acionário pertence à Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP), empresa controlada pela Tractebel Energia, que detém 99,99% das ações representativas do seu capital social.

A Tractebel Energia, pertence a GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil sobre o controle da SUEZ-Tractebel Société Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do grupo GDF SUEZ, sediado na França.

A Pedra do Sal não possui funcionários e os seus administradores não são remunerados. Os acionistas da Companhia se comprometem a aportar recursos financeiros no caso em que a geração de caixa não seja suficiente para atender os seus compromissos de curto prazo.

A administração da Companhia é conduzida pela Tractebel Energia, com a qual mantém contrato de prestação de serviços.

¹ As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis com MW, MW médio, potência instalada, entre outras não são examinadas pelos auditores independentes.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações (LSA) que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador Aneel.

O CPC, durante os anos de 2009 e 2010, emitiu diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas, que alteraram determinadas práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, com vigência a partir de 01/01/2010, retroativa a 01/01/2009 ("data da transição"), para fins de comparação. A administração da Companhia não identificou ajustes e reclassificações decorrentes da adoção dos referidos normativos, exceto quanto às modificações necessárias no conteúdo das notas explicativas apresentadas.

3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativos financeiros - São classificados em destinados à negociação, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis, dependendo da finalidade dos referidos instrumentos. Os destinados à negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. Os mantidos até o vencimento são mensurados

pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado. A Companhia não possui instrumentos classificados como disponíveis para venda, os quais seriam avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, quando aplicável.

a.1) Caixa e equivalentes de caixa - São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao valor justo do instrumento financeiro. Os juros e as variações monetárias, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo - se aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os juros e as variações monetárias, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo - se aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a.2) Cauções e depósitos vinculados e depósitos judiciais - São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais e, portanto, classificados como mantidos até o vencimento. São avaliados pelo custo acrescido dos juros e correção monetária, ajustados de provisão para perda na realização, se aplicável.

a.3) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros -

continua—*

* continuação

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ Nº 08.448.356/0001-02 - NIRE 22.3.0000820-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento do inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do ativo.

b) Imobilizado - É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os encargos financeiros decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, líquido das receitas de aplicações financeiras, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro (UC) que compõem o empreendimento.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado - A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perda de valores não recuperáveis dessa unidade geradora de caixa, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. De acordo com a avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que o valor contábil da sua unidade geradora de caixa ou dos seus ativos intangíveis não serão recuperados através de suas operações futuras.

d) Passivos financeiros - Financiamento - São instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, registrados ao custo amortizado adicionado dos juros incorridos até a data do balanço patrimonial.

e) Reconhecimento da receita de venda de energia - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação pode ser mensurados com confiabilidade; e (v) a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

f) Resultado do exercício - As receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

g) Uso de estimativas - Na preparação das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para fazer essas estimativas a administração utilizou as melhores informações disponíveis na data de preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou recorrentes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas principalmente à vida útil do ativo imobilizado, cuja referência é a definida pela Aneel, à avaliação de recuperabilidade de ativos, às premissas usadas para definição das taxas de descontos e à determinação do valor justo de instrumentos financeiros, quando aplicável, e das estimativas utilizadas para o cálculo da análise de sensibilidade.

h) Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas - Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considerou como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam

revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos.

Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

1.1) Vida útil do ativo imobilizado - A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo da autorização da Usina. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

1.2) Teste de redução do valor recuperável dos ativos de longa duração - Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos, quando aplicável. O processo de revisão da recuperabilidade de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31/12/2010 a Companhia, com base em suas análises não identificou necessidade de constituir qualquer provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e depósitos bancários à vista	748	3.246	113
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais²			
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	2.631	1.478	—
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	180	—	—
Instituições Financeiras			
Certificado de Depósito Bancário (CDB) ³	—	—	1.562
	2.811	1.478	1.562
	3.559	4.724	1.675

² São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos federais.

8 - IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	31/12/2010 Valor líquido	31/12/2009 Valor líquido	01/01/2009 Valor líquido
Imobilizado em serviço						
Edificações e benfeitorias	4,00	1.466	(122)	1.344	1.407	—
Máquinas e equipamentos	4,79	92.963	(8.727)	84.236	88.023	13
Móveis e utensílios	10,00	26	(4)	22	17	11
		94.455	(8.853)	85.602	89.447	24
Imobilizado em curso						
Edificações e benfeitorias	—	47	—	47	—	14.979
Máquinas e equipamentos	—	32	—	32	—	72.604
Adiantamento a fornecedores	—	—	—	—	—	888
		79	—	79	—	88.471
		94.534	(8.853)	85.681	89.447	88.495

³ Banco ABN Amro Real.

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

O referido Fundo obteve rentabilidade média em 2010 de 100,2% do CDI (taxa referencial dos depósitos interbancários).

Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de despesas gerais e administrativas.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se a valores vencidos, a receber da Eletrobras, decorrentes da venda da totalidade de sua energia através do Proinfa. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento.

6 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
ICMS ⁴	4	1	—
Imposto de Renda	—	219	40
Contribuição Social	—	139	—
Cofins ⁵	1.011	1.246	—
PIS ⁶	220	271	—
	1.235	1.876	40
Não Circulante			
Imposto de Renda	461	—	—
Contribuição Social	284	—	—
Cofins	5.281	5.552	—
PIS	1.141	1.205	—
	7.167	6.757	—

⁴ Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte (ICMS).

⁵ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

⁶ Programa de Integração Social (PIS).

Os valores a recuperar de PIS e Cofins se referem, substancialmente, a opção pela utilização do direito aos créditos dessas contribuições sobre as construções e compras de edificações e aquisições de máquinas e equipamentos, conforme previsto na legislação específica. Essas contribuições estão sendo compensadas no período de respectivamente, 24 e 48 meses, a partir do início da operação comercial do Parque Eólico Pedra do Sal, que ocorreu em 30/12/2008.

7 - CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Refere-se ao valor aplicado em conta reserva em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de garantir o pagamento dos serviços da dívida. Esse montante está aplicado em CDB do banco Itaú Unibanco S.A. cujo rendimento médio em 2010 foi de cerca de 100% do CDI. Esses recursos devem ser mantidos durante a vigência contrato e mensalmente ajustados para corresponderem ao equivalente a três meses do serviço da dívida.

continua *



* continuação

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ Nº 08.448.356/0001-02 - NIRE 22.3.0000820-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

b) Mutação do ativo imobilizado

	Saldo em 31/12/2009	Ingressos	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2010
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	1.407	—	—	(63)	1.344
Máquinas e equipamentos	88.023	—	654	(4.441)	84.236
Móveis e utensílios	17	—	6	(1)	22
	89.447	—	660	(4.505)	85.602
Em curso					
Edificações e benfeitorias	—	47	—	—	47
Máquinas e equipamentos	—	689	(657)	—	32
Móveis e utensílios	—	3	(3)	—	—
	—	739	(660)	—	79
	89.447	739	—	(4.505)	85.681

	Saldo em 01/01/2009	Ingressos	Transferência PIS/Cofins sobre aquisições	Transfe- rências	Depre- ciação	Saldo em 31/12/2009
Em serviço						
Edificações e benfeitorias	—	—	—	1.466	(59)	1.407
Máquinas e equipamentos	13	—	—	92.296	(4.286)	88.023
Móveis e utensílios	11	—	—	8	(2)	17
	24	—	—	93.770	(4.347)	89.447
Em curso						
Edificações e benfeitorias	14.979	1.687	—	(16.666)	—	—
Máquinas e equipamentos	72.604	2.573	—	(75.177)	—	—
Adiantamento a fornecedores	888	—	—	(888)	—	—
Outros a ratear	2.469	7.509	(8.939)	(1.039)	—	—
	90.940	11.769	(8.939)	(93.770)	—	—
	90.964	11.769	(8.939)	—	(4.347)	89.447

c) Autorização do órgão regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração do Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW, pelo prazo de 30 anos a contar da data de 02/10/2002, podendo ser prorrogada, a critério da Aneel.

9 - FORNECEDORES

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Encargos de uso da rede elétrica	55	123	—
Materiais e serviços	499	215	5.080
	554	338	5.080

10 - FINANCIAMENTO

a) Composição

	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ABN Amro Real									
Principal	—	—	—	—	—	—	53.200	—	53.200
Encargos	—	—	—	—	—	—	1.826	—	1.826
BNDES									
Principal	3.145	65.259	68.404	5.093	66.208	71.301	—	—	—
Encargos	195	—	195	242	—	242	—	—	—
	3.340	65.259	68.599	5.335	66.208	71.543	55.026	—	55.026

b) Mutação do financiamento

	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01/01/2009	55.026	—	55.026						
Ingressos	9.000	71.210	80.210						
Transferências	5.093	(5.093)	—						
Juros registrados no resultado	5.689	91	5.780						
Juros capitalizados	1.280	—	1.280						
Amortização de principal	(65.339)	—	(65.339)						
Amortização de juros	(5.414)	—	(5.414)						
Saldo em 31/12/2009	5.335	66.208	71.543						
Transferências	949	(949)	—						
Juros registrados no resultado	5.584	—	5.584						
Amortização de principal	(2.897)	—	(2.897)						
Amortização de juros	(5.631)	—	(5.631)						
Saldo em 31/12/2010	3.340	65.259	68.599						

d) Condições contratadas

Condições de pagamento

BNDES TJLP + 1,92% a.a.^(a) Encargos 12/2023 Mensais

^(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal do financiamento.

e) Garantias: BNDES: (i) Alienação fiduciária de bens e equipamentos; (ii) Totalidade das ações representativas do capital social; (iii) recebíveis e conta reserva.

f) Compromisso contratual (covenant) - O compromisso estabelecido no contrato com o BNDES é ter o Índice de cobertura do serviço da dívida $\geq 1,3$, o qual está sendo integralmente atingido pela Companhia.

⁷ Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida.

11 - ADIANTAMENTO DE CLIENTE

De acordo com os termos do contrato com a Eletrobras, o faturamento mensal da energia é composto por duas parcelas, sendo uma relativa à energia contratada, cuja base é a energia assegurada do parque eólico, e a outra referente ao ajuste financeiro, que corresponde a diferença entre a energia contratada e a efetivamente gerada pelo parque eólico. Este ajuste financeiro é apurado ao final de cada ano e compensado com o faturamento mensal correspondente ao ano seguinte, na proporção de 1/12 por mês. No exercício de 2010 a quantidade de energia contratada foi superior à gerada pelo parque eólico, resultando em um valor recebido antecipadamente de R\$ 1.924 (R\$ 2.782 em 31/12/2009).

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social mediante a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, com ou sem direito a voto, observadas as disposições legais aplicáveis.

O capital social da Companhia, em 31/12/2010, 31/12/2009 e 01/01/2009, é de R\$ 33.133, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 33.133.110 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 33.133.109 pertencem a Tractebel Energias Complementares Participações Ltda., controlada integral da Tractebel Energia.

b) Prejuízos acumulados - O lucro líquido do exercício de 2010 foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados em anos anteriores.

13 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, está acelerando a depreciação de determinados custos de construção e de aquisição de ativo imobilizado, conforme opção prevista na legislação tributária. Em consequência deste procedimento, a Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findo em 31/12/2010 e 31/12/2009.

14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Categoria de instrumentos financeiros

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativos financeiros:			
Recebíveis e empréstimos:			
Caixa e depósitos bancários à vista	748	3.246	113
Contas a receber de clientes	1.521	1.807	—
Cauções e depósitos vinculados	2.481	—	—
	4.750	5.053	113

Valor justo por meio do resultado:

Mantido para negociação:

Equivalentes de caixa	2.811	1.478	1.562
-----------------------	-------	-------	-------

Passivos financeiros:

Passivos financeiros

avaliados ao custo

amortizado:

Fornecedores	554	338	5.080
Financiamento	68.599	71.543	55.026
	69.153	71.881	60.106

O equivalente de caixa em, 31/12/2010 e 31/12/2009, corresponde às aplicações financeiras mantidas no Fundo de Investimento Exclusivo. O valor justo deste instrumento está avaliado pelos preços cotados dos títulos públicos que compõem o Fundo em mercado ativo (nível 1).

b) Gestão de risco - Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Pedra do Sal segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da Tractebel Energia, sua controladora indireta, a quem cabe promover internamente às empresas do grupo a conscientização do tratamento do risco, definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação, classificá-los e definir os procedimentos de seu controle.

A seguir, estão listados os principais riscos aos quais a Companhia está exposta:

b.1) Risco de mercado - A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no exercício social atual.

Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

- **Riscos relacionados às aplicações financeiras** - A Companhia adota uma política conservadora de aplicação

continua

★ continuação

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ Nº 08.448.356/0001-02 - NIRE 22.3.0000820-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

dos recursos, conforme previsto na "Política de Investimentos e Derivativos" definida por sua controladora direta Tractebel Energia. As aplicações obedecem à alocação de no mínimo 90% em Títulos Públicos Federais (na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas) e no máximo 10% em Títulos Privados (aquisições de CDBs de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas de leasing controladas por bancos elegíveis).

- Risco de taxa de juros e índices flutuantes - Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos. A Companhia está exposta à taxa de juros relacionados às variações da TJLP. O saldo da dívida contratada com essa taxa de juros em 31/12/2010 é de R\$ 68.599.

- Análise de sensibilidade - A análise de sensibilidade da Companhia considerou um cenário básico provável projetado para o ano de 2011, obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera que a variação da TJLP no ano de 2011 seria a mesma do ano de 2010, qual seja 6% a.a. Desta forma os juros projetados para o ano de 2011 serão equivalentes aos registrados em 2010 no que tange a taxa TJLP.

A Companhia possui seu disponível alocado em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual possui em

sua política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31/12/2010 o Fundo possuía a totalidade de sua carteira em ativos com risco de crédito do governo brasileiro, todos de liquidez diária e pós-fixados, atrelados a variação da Selic. Estes recursos serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

Quanto ao risco de taxas de juros flutuantes, vale ressaltar que a sua dívida está vinculada a TJLP e que esta taxa, apesar de ser considerada uma taxa "flutuante" vem sendo mantida no patamar de 6% há vários anos, prestando a esta taxa, caráter *quasi*-fixo.

- Risco de liquidez - A Companhia, no intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, utiliza a política de caixa mínimo, revisado anualmente com base nas projeções de caixa e monitorado mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e de sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade de nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

R\$ 19.601 (R\$ 35.131 em 31/12/2009).

b) Contrato de venda de energia - A Pedra do Sal possui 66,29 GWh/ano de energia contratada com a Eletrobras, através do Proinfra, pelo prazo de 20 anos, ao preço de R\$ 257,52 MWh (base 31/12/2010). O valor remanescente do contrato em 31/12/2010 é de R\$ 305.888 (R\$ 305.955 em 31/12/2009).

c) Contrato de arrendamento - A Companhia possui um contrato de arrendamento operacional do terreno onde está localizado o seu parque gerador, com prazo de vencimento em 2029. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta. Em 2010, o total da despesa foi de R\$ 351 (R\$ 296 em 2009).

O total dos pagamentos mínimos futuros para cada um dos seguintes períodos é:

Ano	Valor
2011	200
2012 a 2016	1.002
2017 em diante	5.238
	6.440

17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores - Nos exercícios findos em 31/12/2010 e 31/12/2009 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito.

b) Contratos de prestação de serviços - A Companhia possui contrato com vigência por prazo indeterminado com a controladora indireta, Tractebel Energia, que tem por finalidade a prestação dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da Companhia. O valor anual do contrato é R\$ 84 (base 2010). O contrato é reajustado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC).

c) Garantias - A controladora Tractebel Energia é interveniente no contrato de financiamento firmado pela Companhia com o BNDES, cedendo como garantia a totalidade das ações de emissão da Pedra do Sal de propriedade de sua controlada integral TBLP.

18 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita) segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	31/12/2010	31/12/2009
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	14.125	13.367
Deduções da receita operacional		
PIS e Cofins	(1.182)	(1.236)
Receita líquida de vendas	12.943	12.131

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos à taxa de juros:						
- pós-fixados						
Financiamento	447	519	2.374	19.982	45.277	68.599

- Risco de gerenciamento de capital - A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investimentos por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investimentos.

- Risco de crédito - Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, entretanto, também possui política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo Comitê Financeiro da Tractebel Energia, com base em critérios internos e em ratings divulgados pelas agências classificadoras de risco.

- Riscos ambientais - As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. A Companhia segue a Política de Meio Ambiente da controladora Tractebel Energia que por sua vez assegura o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente,

mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor contábil do financiamento com o BNDES corresponde ao valor justo desse instrumento para empreendimentos equivalentes. A Companhia não mantém contrato de troca de índices ou moeda (*swaps*) ou que envolvem operações com derivativos. Os instrumentos financeiros, disponibilidades e contas a receber e a pagar estão registrados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, os quais se aproximam dos valores de mercado.

15 - SEGUROS

A Companhia possui seguro de riscos operacionais e lucro cessante com os seguintes valores de cobertura em 31/12/2010:

	Valores de cobertura	
	US\$	R\$
Riscos operacionais	52.052	86.687
Lucro cessante	18.856	31.403

Além dessas coberturas, a Companhia participa como uma das seguradas nas apólices de responsabilidade civil de sua controladora indireta Tractebel Energia, cujo valor de cobertura atinge R\$ 87.215.

16 - CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo:

a) Contrato de conexão e contrato de uso do sistema de distribuição - A Companhia mantém contrato de conexão e de uso do sistema de distribuição com a Companhia Energética do Piauí (Cepisa), com vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora da Companhia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro. Em 31/12/2010 o saldo remanescente dos contratos é de

DIRETORIA EXECUTIVA

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor Presidente

Artur Roberto Frota Ellwanger
Diretor Técnico-Operacional

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

CONTADOR

Luiz Francisco da Silva Eibs
CRC SC 15.196/O-S-PI

continua



* continuação

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

CNPJ Nº 08.448.356/0001-02 - NIRE 22.3.0000820-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da **Eólica Pedra do Sal S.A.** Parnaíba - PI. Examinamos as demonstrações contábeis da **Eólica Pedra do Sal S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a

auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em

nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Eólica Pedra do Sal S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos:**

Demonstrações do valor adicionado: Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é facultativa para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2011

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "S" PI

Paulo Roberto Marques Garrucho

Contador

CRC 1RJ 052.813/O-1 "S" PI

Deloitte.

P.P. 12803

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO 2ª CONVOCAÇÃO

A **FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº. 07.682.107/0001-06, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com sede na Rua Abdias Neves .551, Centro, CEP 64.770-000 na cidade de São Raimundo Nonato - Estado do Piauí, vem, através da presente publicação, dar publicidade e convocar seus membros efetivos para as Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária que serão realizadas no dia 21 de maio de 2011, sendo a primeira chamada às 15:00h e a segunda chamada 16:00h, e tratarão das seguintes matérias.

- Ordinariamente:

- i) Discutir e deliberar sobre o relatório e as contas da Diretoria relativas ao exercício findo;
- ii) Eleger ou ratificar a Diretoria e o Conselho Consultivo e Fiscal

- Extraordinariamente:

- i) Reforma do Estatuto

São Raimundo Nonato, 02 de maio de 2011

Niéde Guidon
Diretora Presidente

P.P. 12799

Wellington de Brito Silva Filho, CPF nº: 004.078.333-23, torna público que **requereu** à SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMAR, a **Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos**, para:

Dados do Empreendimento: Piscicultura intensiva em tanques-rede

Denominação da fonte - Lagoa do Cajueiro

Localização geográfica: Latitude - 0806971

Longitude - 9615204

Localização hidrográfica: Bacia- Rio Parnaíba

Sub-bacia - Riacho Grande

Área requerida (m²): 10.000m²

Finalidade do uso da água: Cultivo de peixes em tanques-rede

Wellington de Brito Silva Filho, CPF nº: 004.078.333-23 torna público que **requereu** à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR, o Licenciamento Procedimento Simplificado, para Cultivo de Peixes em Tanques-rede na Lagoa do Cajueiro município de Luzilândia-PI.

Foi determinado estudo de impacto ambiental e/ou não foi determinado estudo de impacto ambiental.

P.P. 12798

ALDENOR D. ARAÚJO, CNPJ 02.997.272/0001-33, torna público que **requereu** junto a SEMAR a licença de Operação para transporte rodoviário de produtos perigosos - (GLP) no estado do Piauí.

P.P. 12801